

## **TERMO DE COMPROMISSO 06/2025 – EIV/SPU ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV)**

Termo de Compromisso que celebram EMBRAED LA PERLE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA e PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, através da SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO, visando pactuar o cumprimento das medidas mitigatórias e compensatórias avaliadas pela COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE ESTUDOS DE IMPACTO DE VIZINHANÇA no Processo Administrativo 1DOC Protocolo 36.934/2024 e aprovadas pelo PODER EXECUTIVO através do Despacho 28.

Pelo presente Termo de Compromisso, que celebram de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, através da SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO, doravante denominada COMPROMISSÁRIA, situada na Rua Dinamarca, nº 320, Paço Municipal, Balneário Camboriú, Santa Catarina, CEP 88338-900, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.285/0001-07, neste ato representada pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Sr. CARLOS HUMBERTO SILVA, inscrito no CPF sob nº 298.492.099-68, e EMBRAED LA PERLE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, doravante denominada COMPROMITENTE, com sede na Avenida Brasil, nº 3313, Sala 9A 1, Centro, Balneário Camboriú, Santa Catarina CEP: 88.330-063, inscrita no CNPJ sob nº 22.959.487/0001-77, conforme contrato social registrado na JUCESC sob nº 42205355531, representada neste ato pelo administrador não sócio Sr. Diego Schumacker Rosa, inscrito no RG nº 2862846, expedido pela SSP/SC e CPF nº 026.610.929-27, que firmam o presente em conformidade com o disposto no Art. 12, da Lei Complementar Municipal nº 24/2018.

O referido processo do empreendimento de uso residencial multifamiliar e comercial, denominado Embraed Towers, situado à Avenida Atlântica, esquina Ruas 4600, 4700 e 4750, s/nº, Centro, no terreno sob Inscrição Imobiliária 01.01.088.0078 e DIC 37559, com área a ser construída de 107.815,73 m², tramitou na Comissão Permanente de Análise de Estudo de Impacto de Vizinhaça (CEIV) e, após a análise de toda a documentação contida no Estudo de Impacto de Vizinhaça e suas complementações, com relação aos impactos gerados pelo empreendimento e que serão suportados pela vizinhaça, a Comissão Permanente de Análise dos Estudos de Impacto de Vizinhaça opinou que poderia ser considerado apto a aprovação o Estudo de Impacto de Vizinhaça, através do Parecer Final 008/2025 – CEIV, encaminhando o termo de remessa dos autos

Assinado por 2 pessoas: DIEGO SCHUMACKER ROSA e CARLOS HUMBERTO SILVA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/3B42-4A24-9468-646B> e informe o código 3B42-4A24-9468-646B

ao Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária, que deu deferimento através do Processo Administrativo 1DOC PROTOCOLO 36934/2024, Despachos 28.

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

É objeto do presente Termo de Compromisso o dever do COMPROMITENTE em arcar com todas as despesas decorrentes das obras e serviços necessários à minimização dos impactos decorrentes da implantação do empreendimento e demais exigências apontadas pelo Poder Executivo Municipal, descritas no Estudo de Impacto de Vizinhança e complementações a este, bem como nos Pareceres de Análise elaborados pela CEIV.

E recolher aos cofres públicos municipais, o valor das medidas compensatórias no valor de 936,65 CUBs, que devem pagos da seguinte maneira:

I - 20% (vinte por cento) de entrada, sendo condicionada a emissão do Alvará de Licença para Construção à comprovação do pagamento da respectiva entrada; e

II - saldo de 80% (oitenta por cento), em 24 (vinte e quatro) parcelas iguais, mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente com a variação do CUB/SC (custo unitário básico/Santa Catarina).

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMITENTE**

É obrigação do COMPROMITENTE o cumprimento das medidas mitigadoras do empreendimento às expensas do empreendedor:

### **Medidas Mitigadoras Durante a Implantação:**

1. Umectar áreas de solo exposto para fins de evitar poeiras;
2. Desligar motor de veículos que não estiverem em uso, visando redução de emissão de CO2 e outros gases poluentes;
3. Realizar acondicionamento de matérias-primas em local adequado;
4. Através do Grupo Embraed, manter o Instituto Rogério Rosa, criado para planejar e coordenar investimentos sociais, sendo uma organização sem fins lucrativos, responsável pela gestão, desenvolvimento e coordenação de investimentos socioambientais, culturais e esportivos. O instituto é focado no Desenvolvimento de pessoas, ajudando as pessoas a crescer e se desenvolver, contribuindo com o engajamento em ações de impacto social positivo; além do desenvolvimento local, fomentando a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento de Balneário Camboríu e região. Entre as ações realizadas destaca-se a destinação de recursos financeiros para organizações locais que promovam o combate à fome, incentivem a prática de esportes para crianças e adolescentes, além de cursos gratuitos de línguas, arte e música e também, qualificação profissional para jovens e adultos;

5. Treinar os funcionários da obra, passando por sensibilização prévia quanto ao consumo de água e práticas para evitar desperdícios nas atividades da obra que demandem o consumo de água como insumo e nas rotinas de higiene;
6. Realizar monitoramento do consumo de água;
7. Reuso da água da chuva e reaproveitamento de água do sistema fechado de decantação de água para lavagem de carrinhos;
8. Realização das obras em período diurno, respeitando-se uma hora de almoço entre 12-13h no mínimo e em dias úteis, assim como estabelece a Lei Municipal nº 2377/2004;
9. Utilização de EPI pelos trabalhadores das obras;
10. Monitoramento do nível de pressão sonora em acordo com a NBR 10151/2019, visando caracterizar impactos e caso caracterizado impacto, deverão ser avaliadas e **aplicadas** alternativas para reduzir o impacto de vizinhança;
11. Os banheiros deverão ser interligados a rede coletora de esgotos municipal;
12. Realizar manutenções e limpeza do sistema hidrossanitário sempre que necessário;
13. Aplicar o Plano de Gerenciamento de Efluentes Líquidos na obra, visando garantir que os efluentes líquidos das obras possuam tratamento ambientalmente adequado;
14. Estabelecer procedimentos para Preparação e Respostas a Emergências no caso de acidentes, derrames de insumos, óleos, etc.;
15. Implantar de PGRCC;
16. Garantir tratamento ambiental adequado para os efluentes líquidos da obra. Os principais efluentes nesta fase que foram determinados pelos requisitos ambientais da norma ISO 14001 no âmbito do desempenho das obras do Grupo Embraed são: os efluentes relacionados a lavagem de equipamentos; e efluentes perigosos gerados pela lavagem de pinceis e rolos de pintura, sendo o descarte coletado em sistema de coleta específicos e armazenados em contentores com bacias de contenção para casos de vazamentos;
17. Implantar sinalização viária/sonora para veículos relacionados a obras;
18. Manobras complexas de caminhões deverão ser acompanhadas por pessoa que observe a segurança na realização destas manobras, sobretudo a presença de pedestres em pontos-cegos do caminho;
19. Evitar o trânsito de máquinas, equipamentos e caminhões em horários de pico;
20. Preferencialmente, as manobras, cargas e descargas de materiais devem ocorrer dentro do canteiro de obras;

21. Notificar a Autarquia Municipal de Trânsito – BC Trânsito, com no mínimo 48 horas de antecedência, de evento que possa interferir no fluxo viário, mesmo que seja de maneira parcial e temporária, respeitando o artigo 95 da Lei Federal nº 9.503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro e o artigo 6 do Decreto Municipal nº 4020/2004;
22. Implantação, antes do início das obras, de dispositivos de sinalização e alerta luminoso e sonoro junto as saídas e entradas de veículos em trabalhos na área;
23. Evitar o estacionamento de caminhões ou a descarga de materiais em locais indevidos, prejudicando o tráfego local;
24. Danos causados à infraestrutura viária (drenagem, pavimentação, sinalização e outros elementos de via) serão reparados pelo empreendedor (se causados pelo mesmo) em caso de danos, tendo como referência o Laudo Cautelar das vias (a ser emitido antes do início das atividades no local);
25. Manobras de veículos, movimentação de equipamentos, carga/descarga de materiais e concreto, e estacionamento devem ocorrer no interior do terreno do empreendimento. **O contrário somente em casos em ocorram total impossibilidade de realização, observando a medida "21 \_Implantação" deste parecer;**
26. Realizar lavagem das rodas dos caminhões para não sair com resíduos de dentro do canteiro de obras, principalmente na fase de movimentações de terra e fundações;
27. Cobrir com lonas os caminhões e outros veículos envolvidos na obra se houver retirada de materiais que possam cair nas vias públicas;
28. Realizar varrição/ limpeza das vias sempre que houver resíduos, devidos à obra, no entorno;
29. Elaboração de Estudo (laudo) Cautelar das vias do entorno para registro das condições das vias do entorno (atual, antes do início da obra/demolições/supressão de vegetação, etc.);
30. Aplicar a gestão ambiental da obra orientada pelos requisitos da ISO14001 (Planilha de Aspectos e Impactos Ambientais - RQ 183), e abordam as seguintes medidas mitigadoras:
- 30.1. O empreendimento deve contar com projeto hidrossanitário que prevê a ligação do sistema sanitário nas fases de obras rede pública de coleta e tratamento operada pela EMASA (exigência legal);
- 30.2. Quanto a necessidade de lavagem de pincéis e demais utensílios de pintura sujos ou contaminados com resíduos de tintas, solventes, e etc., deve ser instalado um sistema de pia exclusiva com coleta do efluente para posterior destinação por empresa licenciada;
- 30.3. É ainda realizada a lavagem de carrinhos como forma de gerenciamento além de procedimentos para Preparação e Respostas a Emergências;

30.4. Os resíduos gerados na fase de implantação deverão ser gerenciados de acordo com a Resolução CONAMA 307 de 2002, que estabelece as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil, sendo uma exigência legal;

30.5. O empreendimento contará com PGRCC abordará, conforme o Art. 9º da Res. CONAMA nº307/2002, as etapas apresentadas a seguir:

I – Caracterização: nesta etapa o gerador deverá identificar e quantificar os resíduos;

II – Triagem: deverá ser realizada, preferencialmente, pelo gerador na origem, ou ser realizada nas áreas de destinação licenciadas para essa finalidade, respeitadas as classes de resíduos estabelecidas no art. 3º da mesma Resolução;

III – acondicionamento: o gerador deve garantir o confinamento dos resíduos após a geração até a etapa de transporte, assegurando em todos os casos em que seja possível, as condições de reutilização e de reciclagem;

IV – Transporte: deverá ser realizado em conformidade com as etapas anteriores e de acordo com as normas técnicas vigentes para o transporte de resíduos;

V – Destinação: deverá ser prevista de acordo com a classificação dos resíduos;

31. Gerar o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) no Sistema do IMA sempre que forem coletados por empresas especializadas os efluentes líquidos gerados durante a instalação do empreendimento. Os MTR's deverão ser emitidos adequadamente, quando necessário empregando caçamba e removidos e reciclados por empresas especializadas e autorizadas;

32. Mapeamento da geração de resíduos, destinação e transporte por empresas especializadas - "o Grupo Embraed já possui mapeamento completo dos resíduos a serem gerados na fase de obras e conta com empresas parceiras de destinação e transportes de resíduos que realizam a gestão compartilhada dos resíduos sólidos da construção";

33. Implantar sistema de separação completa de resíduos, em baias de separadas por cores em acordo com a Conama 275/2001;

34. Medidas durante a demolição:

34.1. Instalação de tapumes, badejas e telas de proteção;

34.2. Demolição de forma manual de parte da estrutura;

34.3. Extração das sapatas e regularização dos terrenos;

34.4. Colocação de um vigia em cada lado do terreno para orientar as pessoas que circulam no local;

34.5. Solicitação ao departamento de trânsito para o bloqueio das calçadas quando necessário;

34.6. Todas as estruturas a serem demolidas que tiverem conexão com empreendimentos vizinhos, será demolida manualmente na sua totalidade;

34.7. Quando necessário, será feito irrigação nos resíduos com auxílio de um caminhão-pipa para amenizar a poeira;

35. Deverão ser priorizados equipamentos que visam a economia de energia elétrica e menor consumo;

36. Fornecedores deverão antecipadamente a sua operação comprovar as suas licenças ambientais de operação, e quando químico, a FISPQ conforme o Procedimento de Suprimentos (anexada ao processo do EIV);

37. Deverá ser garantida a segurança na remoção das espécies **arbóreas** visando não danificar imóveis vizinhos ou causar risco a circulação de pedestres;

38. Projeto do canteiro de obras prevê a instalação de vagas de estacionamento para bicicletas **(14 vagas), motos (21 vagas) e automóveis (03 vagas)**;

39. Priorizar que as viagens de veículos com insumos para a obra, durante a fase de implantação, ocorram fora dos horários de pico e, organizar as viagens de carga durante a obra de forma que não ocorram simultaneamente, sendo espaçadas ao longo do tempo, a fim de impedir fluxos de veículos de carga concentrados em pequenos períodos.

### **Medidas Mitigadoras Durante a Operação:**

40. Manutenção periódica na estrutura da edificação e nas calçadas em frente ao empreendimento, pintura e limpeza.

41. Deverá ser realizada manutenção no sistema hidrossanitário periodicamente visando evitar possíveis vazamentos, ou falhas que possam a gerar contaminações;

42. Implantação de jardinagem para aumentar a retenção de água pluvial;

43. Instalação de tanque de retardo pluvial com volume de 81,00 m<sup>3</sup> (Torre 01) e 56,00 m<sup>3</sup> (Torre 02), além de dois tanques (reservatórios) de reuso de água pluvial de 15,00 m<sup>3</sup>;

44. Adoção de vidros não reflexivos;

45. Fixação de placas de sensibilização em pontos estratégicos do empreendimento **para fins de economia de água**;

46. Utilização de equipamentos elétricos com selo PROCEL de desempenho de consumo, lâmpadas LED, sinalização de sensibilização visando reduzir o consumo, e economia de energia;

47. Instalação de ares-condicionados sistemas inverter nas áreas comuns;



48. No caso de ser implantada iluminação nas fachadas que venha a ser projetada/refletida sobre a vizinhança, deverá ser apresentado complemento ao EIV (antes da obtenção do Habite-se) para avaliação da CEIV;
49. Instalação de paraciclos: externo, no padrão da prefeitura **com 20 vagas para bicicletas e**, bicicletário (em área condominial) para uso dos moradores e usuários das áreas privativas, distribuídos entre os pavimentos de estacionamento do empreendimento;
50. Instalação de alerta luminosos e sonoros nos portões de acesso de veículos, visando melhorar a segurança de pedestres e ciclistas no local;
51. Doação de cinco (05) placas de sinalização vertical refletivas, indicando a parada de ônibus (seguindo especificações da Autarquia Municipal de Trânsito);
52. Revitalização e/ou implantação das sinalizações horizontais e verticais existentes nas testadas da Área Diretamente Afetada – ADA, de acordo com os Manuais do CONTRAN e diretrizes a serem solicitadas à equipe técnica da BCTRÂNSITO;
53. Aquisição e instalação de equipamento (01 nobreak semafórico e 01 instalação) em cruzamento semaforizado. O nobreak semafórico deve ser compatível com o controlador semafórico utilizado no município. Quando da implantação, solicitar à Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito, a definição do local para torná-lo integrado ao Sistema Antares - Central de Controle e Comando Semafórico. OBS: o cruzamento semaforizado a ser instalado esses equipamentos deverá ser na Área de Influência Direta e/ou Indireta do empreendimento e deverá ser entregue a Autarquia Municipal de Trânsito – BC Trânsito em até 30 dias após a assinatura do Termo de Compromisso (TC);
54. Respeitar e cumprir as referências a seguir:
- 54.1. Dimensões e sinalização das vagas gerais (simples, duplas, carga/descarga e visitantes) de automóveis e motociclistas deverão respeitar os Manuais de Sinalização Vertical e Horizontal do Contran (Volume I e IV), regulamentados pela Resolução Contran nº 973/2022;
- 54.2. Dimensões, sinalização e numeração das vagas PNE e de idosos (automóveis) deverão respeitar a Resolução Contran nº 965/2022 e anexos;
- 54.3. Dimensões e sinalização das vagas de embarque e desembarques deverão respeitar os Manuais de Sinalização Vertical e Horizontal do Contran (Volume I e IV), regulamentados pela Resolução Contran nº 973/2022;
- 54.4. Dimensões e sinalização das vagas para bicicletas deverão respeitar o Manual de Sinalização Cicloviário do Contran (Volume VIII), regulamentado pela Resolução Contran nº 973/2022;
55. Construção/reforma de abrigo de passageiros de transporte público no entorno do empreendimento (padrão da Secretaria de Planejamento Urbano);

56. Implantação de faixas de acumulação nos acessos ao empreendimento para ordenar o fluxo de veículos e reduzir o congestionamento;
57. Criação de vagas específicas para carga e descarga, além de embarque e desembarque de passageiros, evitando que estes veículos obstruam o trânsito;
58. Realizar limpeza periódica na caixa de gordura;
59. Implantação de lixeira compartimentada para coleta seletiva, e acondicionamento interno do empreendimento, sinalizando claramente a tipologia de resíduos tanto para usuários internos do empreendimento como para a empresa concessionária de coleta de resíduos domésticos;
60. Implantação de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS;

**Outras medidas/condicionantes:**

61. Implantar projeto de arborização, conforme Lei Municipal nº 4.868/2024 e suas alterações, observando as questões de acessibilidade e segurança.

**Parágrafo único** – No decorrer da implantação/aplicação das medidas mitigadoras o empreendedor se responsabiliza pelo registro documental das mesmas, para fins de comprovação das informações do “Relatório de Cumprimento das Medidas Mitigadoras”.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS**

O prazo de execução das medidas é no decorrer da implantação do empreendimento, antecedendo a emissão do Alvará de Funcionamento e/ou Habite-se, respeitando as definições específicas da cláusula anterior.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO**

A obrigação do COMPROMISSÁRIO será o acompanhamento e verificação do cumprimento das obrigações do COMPROMITENTE.

§ 1º. A Certidão de Habite-se somente será emitida após a comprovação da quitação do valor total do parcelamento da medida compensatória e da apresentação do Relatório de Cumprimento das medidas mitigatórias com o aceite ou aprovação da CEIV.

§ 2º. O certificado de conclusão da obra ou o alvará de funcionamento só serão emitidos mediante comprovação do cumprimento do objeto deste Termo.

3º. Em caráter de exceção aos parágrafos 1º e 2º acima, poderá ser admitida a emissão do Habite-se Parcial, exclusivamente da área Comercial do empreendimento objeto deste Termo, e seu respectivo alvará de funcionamento, sem a necessidade de comprovação de cumprimento integral das medidas mitigatórias e compensatórias, se ambos forem requeridos antes da conclusão total da obra.



## **CLÁUSULA QUINTA – DO DESCUMPRIMENTO**

No caso de descumprimento das disposições deste Termo o COMPROMITENTE está sujeito às seguintes sanções:

I – Quanto ao parcelamento, no caso de não identificação do pagamento de até 3 (três) parcelas, consecutivas ou alternadas, deverá ser suspenso o alvará de construção do empreendimento em questão, até comprovação do pagamento de todas as parcelas em atraso.

II - No caso de descumprimento da execução de qualquer medida mitigatória, estará o empreendedor sujeito a notificação, com direito a regularização em até 5 (cinco) dias úteis, sendo que, pelo não cumprimento ou na reincidência, será estabelecida medida compensatória, considerando 10 (dez) vezes o valor proporcional a medida mitigatória não executada.

III - As medidas compensatórias, resultantes do não cumprimento de medidas mitigatórias, deverão ser pagas em uma única parcela, num prazo máximo de 10 (dez) dias, a serem contados a partir da notificação da CEIV ao empreendedor.

## **CLÁUSULA SEXTA – DO FORO**

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, as partes elegem o foro da Justiça da Comarca de Balneário Camboriú.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

As partes declaram e reconhecem para os devidos fins que o presente TERMO possui caráter de aplicação de medidas para construção e funcionamento do empreendimento.

Assim, justos e acertados, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, firmam as partes o presente TERMO DE COMPROMISSO, com eficácia de título executivo extrajudicial, uma vez que contém cláusulas líquidas, certas e exigíveis.

Balneário Camboriú, 08 de maio de 2025.

DocuSigned by  
Diego Schumacker Rosa  
Signed by DIEGO SCHUMACKER ROSA 02061082027  
CPF: 02061082027  
Signing Time: 09/05/2025 08:25:16 BRT  
ICP-Brasil: CUI presencial  
C: BR  
Serial: Autorizada Certificação Eletrônica

**DIEGO SCHUMACKER ROSA**  
ADMINISTRADOR NÃO SÓCIO

EMBRAED LA PERLE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA

**CARLOS HUMBERTO SILVA**  
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3B42-4A24-9468-646B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **DIEGO SCHUMACKER ROSA (CPF 026.XXX.XXX-27) em 09/05/2025 08:25:16 GMT-03:00**  
Emitido por: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **DIEGO SCHUMACKER ROSA (CPF 026.XXX.XXX-27) em 09/05/2025 08:25:25 GMT-03:00**  
Emitido por: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **DIEGO SCHUMACKER ROSA (CPF 026.XXX.XXX-27) em 09/05/2025 08:25:30 GMT-03:00**  
Emitido por: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **DIEGO SCHUMACKER ROSA (CPF 026.XXX.XXX-27) em 09/05/2025 08:25:36 GMT-03:00**  
Emitido por: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **DIEGO SCHUMACKER ROSA (CPF 026.XXX.XXX-27) em 09/05/2025 08:25:41 GMT-03:00**  
Emitido por: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **DIEGO SCHUMACKER ROSA (CPF 026.XXX.XXX-27) em 09/05/2025 08:25:46 GMT-03:00**  
Emitido por: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **DIEGO SCHUMACKER ROSA (CPF 026.XXX.XXX-27) em 09/05/2025 08:25:50 GMT-03:00**  
Emitido por: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **DIEGO SCHUMACKER ROSA (CPF 026.XXX.XXX-27) em 09/05/2025 08:25:56 GMT-03:00**  
Emitido por: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)



DIEGO SCHUMACKER ROSA (CPF 026.XXX.XXX-27) em 11/05/2025 17:23:34 GMT-03:00

Emitido por: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)



CARLOS HUMBERTO SILVA (CPF 298.XXX.XXX-68) em 16/06/2025 14:42:02 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: AC FCDL SC v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/3B42-4A24-9468-646B>